

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	381.023
Preferenciais	0
Total	381.023
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	330.188	327.083
1.01	Ativo Circulante	41.998	52.185
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.291	8.691
1.01.02	Aplicações Financeiras	13.822	17.928
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	13.822	17.928
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	13.822	17.928
1.01.03	Contas a Receber	19.900	21.090
1.01.03.01	Clientes	19.900	21.090
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.488	4.167
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.488	4.167
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	497	309
1.02	Ativo Não Circulante	288.190	274.898
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	33.409	35.397
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	5.597	5.187
1.02.01.01.03	Garantias de debêntures	5.597	5.187
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	172	1.554
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	172	1.554
1.02.01.03	Contas a Receber	1.915	4.664
1.02.01.03.01	Clientes	1.915	4.664
1.02.01.06	Tributos Diferidos	24.978	23.871
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22.124	21.345
1.02.01.06.02	Impostos a recuperar	2.854	2.526
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	747	121
1.02.02	Investimentos	0	4.397
1.02.02.01	Participações Societárias	0	4.397
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	0	4.397
1.02.03	Imobilizado	246.694	231.571
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	210.278	198.556
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	36.416	33.015
1.02.04	Intangível	8.087	3.533
1.02.04.01	Intangíveis	8.087	3.533
1.02.04.01.02	Sistemas de gestão e outros	8.087	3.533

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	330.188	327.083
2.01	Passivo Circulante	38.061	39.231
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.990	2.624
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.990	2.624
2.01.02	Fornecedores	16.674	18.977
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.674	18.977
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.997	9.225
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.953	7.563
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	809	1.446
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	235	216
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	7.940	7.961
2.01.04.02	Debêntures	7.940	7.961
2.01.05	Outras Obrigações	460	444
2.01.05.02	Outros	460	444
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	460	444
2.02	Passivo Não Circulante	63.855	50.067
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	18.317	24.205
2.02.01.02	Debêntures	18.317	24.205
2.02.02	Outras Obrigações	5.685	5.747
2.02.02.02	Outros	5.685	5.747
2.02.02.02.03	Adiantamentos de clientes	5.685	5.747
2.02.04	Provisões	39.853	20.115
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	928	928
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	313	313
2.02.04.01.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	615	615
2.02.04.02	Outras Provisões	38.925	19.187
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto - Controlada	38.925	19.187
2.03	Patrimônio Líquido	228.272	237.785
2.03.01	Capital Social Realizado	225.081	225.081
2.03.04	Reservas de Lucros	12.546	12.546
2.03.04.01	Reserva Legal	8.049	8.049
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	4.497	4.497
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-9.513	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	158	158

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	29.396	86.400	28.569	84.232
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-17.139	-52.093	-16.041	-47.373
3.03	Resultado Bruto	12.257	34.307	12.528	36.859
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.854	-40.738	-11.475	-29.663
3.04.01	Despesas com Vendas	-48	-60	-58	-100
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.782	-16.762	-5.707	-14.949
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-28	380	453	565
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	51	-4.558	-114	-377
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.047	-19.738	-6.049	-14.802
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-597	-6.431	1.053	7.196
3.06	Resultado Financeiro	371	1.597	930	1.069
3.06.01	Receitas Financeiras	1.101	3.898	1.780	4.157
3.06.02	Despesas Financeiras	-730	-2.301	-850	-3.088
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-226	-4.834	1.983	8.265
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.149	-4.679	-2.635	-7.598
3.08.01	Corrente	-1.775	-5.458	-2.074	-5.788
3.08.02	Diferido	-374	779	-561	-1.810
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.375	-9.513	-652	667
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.375	-9.513	-652	667
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00623	-0,02497	-0,00171	0,00175
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00623	-0,02497	-0,00171	0,00175

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.375	-9.513	-652	667
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-167
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.375	-9.513	-652	500

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	42.704	46.689
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	47.205	48.450
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	-9.513	667
6.01.01.02	Depreciação e amortização	25.873	22.972
6.01.01.03	Encargos financeiros sobre financiamentos	1.848	2.343
6.01.01.04	Reversão (constituição) de IR diferido	-779	1.810
6.01.01.05	Custo dos bens do ativo imobilizado baixados	133	51
6.01.01.06	Créditos de liquidação duvidosa	50	17
6.01.01.08	Imposto de renda e contribuição social correntes	5.458	5.788
6.01.01.09	Resultado de equivalência	19.738	14.802
6.01.01.12	Perda / recuperação de investimento	4.397	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.501	-1.761
6.01.02.01	Bancos conta garantia	-410	-263
6.01.02.02	Contas a receber de clientes	3.889	-4.248
6.01.02.03	Tributos a recuperar	6.713	9.374
6.01.02.06	Outros ativos	-814	-233
6.01.02.07	Fornecedores e outras contas a pagar	-2.303	4.746
6.01.02.08	Obrigações sociais e fiscais	-4.320	-3.052
6.01.02.09	Imposto de renda e contribuição social pagos	-5.362	-5.695
6.01.02.10	Juros pagos	-1.848	-2.364
6.01.02.11	Adiantamento de clientes	-46	-26
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-40.195	-37.509
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-45.574	-32.216
6.02.02	Aumento do intangível	-109	-108
6.02.03	Redução de investimento mantido até o vencimento	5.488	0
6.02.04	Aumento de investimento mantido até o vencimento	0	-5.185
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-5.909	-5.909
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-5.909	-5.909
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.400	3.271
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.691	6.384
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.291	9.655

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	225.081	0	12.546	0	158	237.785
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	225.081	0	12.546	0	158	237.785
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-9.513	0	-9.513
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-9.513	0	-9.513
5.07	Saldos Finais	225.081	0	12.546	-9.513	158	228.272

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	225.081	0	22.567	0	0	247.648
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	225.081	0	22.567	0	0	247.648
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	667	-167	500
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	667	0	667
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-167	-167
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais, líquido de impostos	0	0	0	0	-167	-167
5.07	Saldos Finais	225.081	0	22.567	667	-167	248.148

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/09/2013
7.01	Receitas	155.217	139.998
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	109.399	107.668
7.01.02	Outras Receitas	5.194	4.546
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	40.674	27.801
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-50	-17
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-72.769	-52.136
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-13.087	-11.070
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-55.190	-40.970
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4.397	0
7.02.04	Outros	-95	-96
7.03	Valor Adicionado Bruto	82.448	87.862
7.04	Retenções	-25.873	-22.972
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.873	-22.972
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	56.575	64.890
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-15.840	-10.645
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-19.738	-14.802
7.06.02	Receitas Financeiras	3.898	4.157
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	40.735	54.245
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	40.735	54.245
7.08.01	Pessoal	13.519	12.839
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.914	9.894
7.08.01.02	Benefícios	2.049	1.917
7.08.01.03	F.G.T.S.	579	529
7.08.01.04	Outros	977	499
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	29.835	33.351
7.08.02.01	Federais	11.941	14.932
7.08.02.02	Estaduais	17.894	18.419
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.894	7.388
7.08.03.01	Juros	2.301	3.088
7.08.03.02	Aluguéis	4.593	4.300
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-9.513	667
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-9.513	667

Comentário do Desempenho

Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2014, a receita líquida foi de R\$ 29.396, o que representa um crescimento de 2,9% em relação ao terceiro trimestre de 2013 (R\$ 28.569). No acumulado de janeiro a setembro de 2014, a receita líquida totalizou R\$ 86.400, aumento de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 84.232). Os crescimentos nas receitas com circuitos locais e longa distância na tecnologia Ethernet, seguidos pelo transporte de sinais CATV/Internet contribuíram para a maior parte deste incremento.

A geração de caixa medida pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), apurado de acordo com a instrução CVM nº 527 de 04/10/2012, foi de R\$ 7.597, redução de 12,9% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 8.721) e representando margem de 25,8% relativamente à receita líquida, contra uma margem de 30,5% no mesmo período de 2013. Essa redução é explicada, em quase sua totalidade, pelo aumento de 16,5% no resultado negativo de equivalência patrimonial no terceiro trimestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013. O EBITDA ajustado, com a exclusão dos efeitos não caixa e não operacionais (resultado negativo de equivalência e resultado não operacional) totalizou R\$ 14.677, no terceiro trimestre de 2014, o que representa uma ligeira queda de 0,6% em relação ao valor reportado no mesmo período do ano anterior (R\$ 14.774), com margem de 49,9% relativamente à receita líquida, expressiva em relação à média do mercado de telecomunicações, contra uma margem de 51,7% no terceiro trimestre de 2013. No acumulado de janeiro a setembro de 2014 o EBITDA ajustado totalizou R\$ 43.613, redução de 3,1% em relação a 2013 (R\$ 45.013), representando margem de 50,5% relativamente à receita líquida, contra uma margem de 53,4% no mesmo período do ano anterior.

A geração operacional de caixa após a depreciação e amortização – EBIT, apurado de acordo com a instrução CVM nº 527 de 04/10/2012, foi de R\$ 597 negativos, menor que o valor positivo reportado no mesmo período em 2013 (R\$ 1.053), associado ao impacto do resultado negativo de equivalência patrimonial, seguido pelo crescimento recorrente da depreciação em função do aumento dos investimentos em relação ao ano anterior. O EBIT ajustado fechou em R\$ 6.483, o que representa redução de 8,7% em relação ao terceiro trimestre de 2013 (R\$ 7.106).

As despesas e custos operacionais (exceto depreciação e amortização) realizados, no terceiro trimestre de 2014, totalizaram R\$ 14.724, o que representa um crescimento de 3,3% na comparação com o mesmo período de 2013 (R\$ 14.252).

Comentário do Desempenho

O resultado financeiro líquido foi superavitário em R\$ 371 neste trimestre, inferior ao resultado positivo apurado no mesmo período de 2013 (R\$ 930), influenciado pela redução na receita financeira neste trimestre.

No terceiro trimestre de 2014, a CEMIGTelecom apresentou prejuízo de R\$ 2.375 contra um prejuízo de R\$ 652 em igual período do ano anterior, explicado, em sua maior parte, pelo aumento do resultado negativo de equivalência patrimonial da controlada, seguido pela redução no resultado financeiro neste trimestre. No acumulado de janeiro a setembro de 2014, a CEMIGTelecom apresentou prejuízo de R\$ 9.513, contra um lucro de R\$ 667 no mesmo período do ano anterior. O resultado líquido ajustado com a exclusão do resultado de equivalência patrimonial foi positivo em R\$ 4.672 neste trimestre, representando redução de 13,4% em relação ao mesmo período de 2013 (R\$ 5.397), explicado em sua maior parte pela diminuição do resultado financeiro líquido neste trimestre. No acumulado do ano, o resultado líquido ajustado, excluindo equivalência patrimonial e o efeito líquido da provisão para perdas em investimento não recorrente, é positivo em R\$ 14.622, diminuição de 5,5% em relação a 2013 (R\$ 15.469).

Os investimentos da CEMIGTelecom estão diretamente relacionados com o plano estratégico - expansão geográfica em Minas Gerais e fora do estado, ampliação de capacidade e em linha com a utilização de novas tecnologias. No terceiro trimestre de 2014 foram investidos, em valores líquidos, R\$ 14.125, representando um crescimento de 2,7% em relação ao mesmo período de 2013 (R\$ 13.753). A maior parte dos investimentos foi aplicada na expansão das redes de transporte local e longa distância em Minas Gerais, seguido pelos projetos de expansão geográfica fora do estado, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. A aplicação destes recursos nas atividades de investimento foi integralmente revertida à formação do ativo imobilizado.

Notas Explicativas

CEMIG TELECOMUNICAÇÕES S.A. - CEMIGTelecom

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Cemig Telecomunicações S.A. - CEMIGTelecom (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG, que oferece rede óptica para transporte de serviços de telecomunicações no Estado de Minas Gerais utilizando-se da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica da CEMIG.

A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua dos Inconfidentes, 1.051 - Térreo - Funcionários - Belo Horizonte - MG. É autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL a explorar Serviços de Comunicação Multimídia - SCM, por prazo indeterminado, cuja outorga se deu através do ato 41.002 de 3 de dezembro de 2003.

A Companhia foi constituída em 13 de janeiro de 1999, com o propósito de prestar serviços na área de telecomunicações, através de sistema integrado constituído de cabos de fibra óptica, cabos coaxiais e equipamentos eletrônicos e associados, para transmissão, emissão e recepção de símbolos, caracteres, sinais escritos, imagens, sons e informações de qualquer natureza, bem como prestar serviços de telecomunicações no mercado de atacado, alugando circuitos especializados, prioritariamente para outras operadoras de telecomunicações como operadoras de telefonia fixa, móvel, TV a cabo, *bussiness carrier*, data center, banda larga, dentre outras.

O *core business* da Companhia é a prestação de serviços de telecomunicações no segmento de operadoras e o provimento de serviços especializados para o segmento corporativo, disponibilizando soluções de conectividade de redes e acesso à Internet.

A CEMIGTelecom disponibiliza a maior rede óptica para transporte de serviços de telecomunicações de Minas Gerais, com presença em mais de 70 cidades mineiras, que concentram aproximadamente 90% do PIB do estado. Adicionalmente, dentro de seu projeto de expansão, já disponibiliza serviços através de redes ópticas nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Goiânia e Fortaleza, além de possuir pontos de presença nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Companhia possui empreendimento controlado em conjunto - “joint venture” na companhia Ativas Data Center S.A. (“Ativas”), com participação de 49% do capital votante dessa empresa. A gestão e as principais deliberações sociais são compartilhadas com outro sócio investidor, conforme garantido em acordo de acionistas.

A Ativas tem por objetivo social a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação, compreendendo hospedagem física (*hosting* e *colocation*) de ambientes de tecnologia da informação, armazenamento de base de dados e *site-backup*, serviços profissionais de segurança da informação e disponibilidade, consultoria em TIC, conectividade com venda de acesso e banda internet. A construção do data center classificado na categoria “Tier III” (Uptime Institute), para atendimento a médias e grandes corporações foi concluída em janeiro de 2011.

Devido à fase inicial das operações, a Ativas vem apurando sucessivos prejuízos contábeis. Em conexão com a elaboração dessas Informações Trimestrais - ITR, a Administração entende que a continuidade operacional desta controlada em conjunto depende do contínuo ingresso de recursos dos acionistas, até que suas operações gerem lucro em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações.

Notas Explicativas

2. Base de preparação

2.1. Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Trimestrais - ITR foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas Informações Trimestrais - ITRs foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais de 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2014 e arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 20 de março de 2014.

A autorização para a conclusão destas Informações Trimestrais - ITR foi dada pela Administração da Companhia em 4 de novembro de 2014.

3. Segmentos operacionais

A Companhia atua apenas no segmento de telecomunicações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/14	31/12/13
Caixa e depósitos bancários	255	1.570
Fundos de renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários (a)	690	3.261
Operações compromissadas (b)	3.497	3.701
Outros	849	159
Total	5.291	8.691

(a) Certificados de depósito bancário pós-fixados, remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário - CDI (que varia entre 100,5% a 116%, conforme operação), divulgado pela Cetip S.A. - Mercados Organizados.

(b) Debêntures pós-fixadas, remuneradas a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário - CDI (que varia entre 101,5% a 110%, conforme operação), divulgado pela Cetip S.A. - Mercados Organizados.

Notas Explicativas

5. Títulos e valores mobiliários

Títulos de renda fixa	30/09/14	31/12/13
<u>Circulante</u>		
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (a)	3.023	2.924
Fundos de renda fixa		
Certificados de Depósitos Bancários (a)	2.472	2.556
Operações compromissadas (b)	1.743	2.888
Letras Financeiras do Tesouro (c)	1.883	640
Letras Financeiras - Bancos (d)	4.601	8.513
Outros	100	407
Total do Circulante	13.822	17.928
<u>Não Circulante</u>		
Fundos de renda fixa		
Letras Financeiras - Bancos (d)	172	1.544
Outros	-	10
Total do Não Circulante	172	1.554
Total	13.994	19.482

A Companhia segue as normas e orientações expedidas pelo Grupo Controlador nas políticas de avaliação de risco e rentabilidade mínima de ativos. Os títulos e valores mobiliários referem-se a: (i) títulos de renda fixa e estão representados por cotas de fundos administrados por instituições financeiras que cumprem com os requisitos de idoneidade e solidez estabelecidos pelo Grupo; e (ii) investimentos em títulos e certificados de depósitos bancário - CDB com prazos de vencimentos superiores a 90 dias, cujos montantes apresentados no ativo circulante consideram a expectativa de realização no curto prazo.

- Certificados de depósito bancário pós-fixados, remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário - CDI (que varia entre 100,5% a 116%, conforme operação), divulgado pela Cetip S.A. - Mercados Organizados.
- Debêntures pós-fixadas, remuneradas a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário - CDI (que varia entre 101,5% a 110%, conforme operação), divulgado pela Cetip S.A. - Mercados Organizados.
- Letras financeiras do tesouro pós-fixadas, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic, a taxa de juros básica da economia. Sua remuneração é dada pela variação da taxa Selic diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento do título, acrescida, se houver, de ágio ou deságio no momento da compra.
- Letras financeiras (Bancos) pós-fixadas, remuneradas a um percentual do Certificado de Depósito Inter-bancário - CDI (que varia entre 104,3% a 116,7%, conforme operação), divulgado pela Cetip S.A. - Mercados Organizados.

6. Contas a receber de clientes

	30/09/14	31/12/13
Partes relacionadas (nota 18)	1.652	5.643
Terceiros	21.432	21.334
Créditos de liquidação duvidosa (a)	(1.269)	(1.223)
Total	21.815	25.754
Circulante	19.900	21.090
Não circulante	1.915	4.664

Notas Explicativas

A seguir apresentamos o resumo das contas a receber vencidas por idade de vencimento:

Contas a receber - vencidas	30/09/14			31/12/13
	Partes relacionadas	Terceiros	Total	
De 1 a 30 dias	-	5.238	5.238	3.279
De 31 a 60 dias	-	4	4	258
De 61 a 90 dias	-	53	53	49
De 91 a 180 dias	-	270	270	301
Acima de 181 dias	14	2.197	2.211	4.948
Total	14	7.762	7.776	8.835
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(1.269)	(1.269)	(1.223)
Percentual das perdas reconhecidas sobre as contas a receber vencidas		16%	16%	14%

(a) A estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa é registrada após avaliação individual dos títulos. Os que apresentam dúvidas quanto a sua realização, têm suas perdas reconhecidas na demonstração do resultado no montante em que se espera incorrer.

7. Tributos a recuperar

	30/09/14	31/12/13
Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	4.258	4.049
Imposto de renda e contribuição social antecipados	-	2.071
Imposto de renda e contribuição social a compensar	838	113
Imposto de renda retido na fonte	234	450
Outros	12	10
Total	5.342	6.693
Circulante	2.488	4.167
Não circulante	2.854	2.526

(a) Refere-se, basicamente, a créditos a recuperar de ICMS destacados nas notas fiscais de aquisições de bens do ativo imobilizado, os quais são aproveitados em 48 meses a partir da sua escrituração no livro CIAP.

8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O registro do imposto de renda diferido relativo a crédito tributário oriundo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social teve como base o estudo técnico de viabilidade elaborado pela Diretoria e aprovado pelos Conselhos Fiscal e de Administração da Companhia em 18 de março de 2014, em conformidade com o disposto na Deliberação 273/98 e Instrução 371/02 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As premissas utilizadas na elaboração do estudo técnico de viabilidade foram baseadas na projeção de geração de lucros tributáveis futuros suficientes ao esgotamento dos créditos fiscais, considerando o plano de negócios da Companhia e as perspectivas do cenário macroeconômico do setor. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Notas Explicativas

O imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	30/09/14	31/12/13
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	17.255	19.547
Créditos de liquidação duvidosa	34	18
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	111	111
Participação nos lucros e resultados	756	-
Depreciação e amortização – Lei 11.941/09	2.528	1.434
Perda atuarial registrada em outros resultados abrangentes	(82)	(82)
Provisão para <i>impairment</i> de investimento	1.495	-
Outras adições temporárias	27	317
Total	22.124	21.345

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado do período é demonstrada como segue:

	3º Trimestre 2014	3º Trimestre 2013	Período de nove meses findo em 30/09/14	Período de nove meses findo em 30/09/13
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de renda e contribuição social	(226)	1.983	(4.834)	8.265
Equivalência Patrimonial	7.047	6.049	19.738	14.802
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social ajustados	6.821	8.032	14.904	23.067
Alíquota nominal de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social	(2.319)	(2.731)	(5.067)	(7.843)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Efeitos fiscais incidentes sobre:				
Outras adições e exclusões, líquidas	170	96	388	245
Despesa efetiva de Imposto de renda e contribuição social	(2.149)	(2.635)	(4.679)	(7.598)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(1.775)	(2.074)	(5.458)	(5.788)
Diferido	(374)	(561)	779	(1.810)
Total	(2.149)	(2.635)	(4.679)	(7.598)
Alíquota efetiva	32%	33%	31%	33%

As declarações de rendimentos da Companhia estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Outros impostos, taxas e contribuições estão também sujeitas a essas condições, conforme legislação aplicável.

A movimentação do ativo fiscal diferido no período pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/13	Acumulado do período de nove meses		Saldos em 30/09/14
		Constituição	Utilização	
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	19.547	54	(2.346)	17.255
Créditos de liquidação duvidosa	18	16	-	34
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	111	-	-	111
Participação nos lucros e resultados	-	756	-	756
Depreciação	1.434	1.094	-	2.528
Perda atuarial registrada em outros resultados abrangentes	(82)	-	-	(82)
Provisão para <i>impairment</i> de investimento	-	1.495	-	1.495
Outras diferenças temporárias	317	-	(290)	27
Total do crédito tributário reconhecido	21.345	3.415	(2.636)	22.124

Notas Explicativas

9. Investimento em controlada em conjunto

A Companhia é detentora de 49% (quarenta e nove por cento) do capital votante da empresa Ativas Data Center S.A. Os sócios possuem acordo de acionistas que garante à CEMIGTelecom poder de veto nas principais deliberações sociais da sociedade, sendo-lhe conferida, inclusive, a indicação de um Diretor executivo e mais 2/5 (dois quintos) dos assentos no Conselho de Administração.

A Ativas vem realizando diversas ações visando à readequação de sua estrutura organizacional e societária, com o objetivo de corrigir, quando necessário, o curso de seus negócios, adequando-se também às melhores práticas de mercado utilizadas pela concorrência. As projeções de resultado apontadas no plano de negócio da Ativas indicam o auferimento de resultados operacionais (lucro antes do imposto de renda) positivos a partir de 2016.

As principais informações sobre essa controlada em conjunto estão apresentadas abaixo em valores integrais, alinhando as práticas contábeis da Ativas às da CEMIGTelecom:

	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
Ativo	198.660	221.136
Passivo	278.099	260.293
Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	(79.439)	(39.157)
	<u>30/09/14</u>	<u>30/09/13</u>
Receita Líquida	43.650	45.022
Prejuízo do Período	(40.282)	(30.209)

A movimentação do passivo a descoberto da Ativas nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2014 e 2013 foi como segue:

	<u>Período de nove meses findo em 30/09/13</u>			<u>Período de nove meses findo em 30/09/14</u>	
	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>30/09/13</u>		<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>30/09/14</u>
<u>01/01/13</u>			<u>01/01/14</u>		
<u>(9.480)</u>	<u>(14.802)</u>	<u>(24.282)</u>	<u>(19.187)</u>	<u>(19.738)</u>	<u>(38.925)</u>

O valor do passivo a descoberto no período pode ser assim demonstrado:

	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
Patrimônio líquido da Ativas	(79.439)	(39.157)
Percentual de participação (%)	49,00%	49,00%
Participação avaliada pelo método da equivalência patrimonial	(38.925)	(19.187)
Ágio pago na subscrição	4.397	4.397
Provisão para <i>impairment</i> do ágio	(4.397)	-
Saldo do investimento	-	4.397
Saldo do passivo a descoberto	(38.925)	(19.187)

Notas Explicativas

A composição acionária da Ativas em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações	Participação acionária
Ativas Participações S.A	47.327.997	51,00%
Cemig Telecomunicações S.A	45.472.000	49,00%
Outros	3	-
Total	92.800.000	100,00%

Garantia de aporte pelos acionistas

Com vistas a viabilizar a captação de recursos no mercado financeiro pela controlada em conjunto (Ativas), os acionistas dessa Companhia celebraram termo de compromisso junto à instituição financeira, no qual se obrigam a aportar recursos na sociedade investida sempre que verificada condição de falta de cobertura de fluxos de caixa.

Provisão para *impairment* do ágio

A Companhia reconheceu no segundo trimestre de 2014 provisão para *impairment* do ágio do investimento na controlada em conjunto (Ativas), no montante R\$4.397, em atendimento às disposições do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Tal provisão ocorreu em virtude dos baixos índices de performance dessa controlada em relação aos seus resultados operacionais e fluxos de caixas previstos.

10. Imobilizado

	30/09/14		31/12/13	
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
Terrenos	82	-	82	82
Imóveis	55	(14)	41	42
Instalações	152	(30)	122	107
Máquinas e equipamentos	1	-	1	1
Móveis e utensílios	1.439	(902)	537	571
Computadores e periféricos	1.836	(1.509)	327	417
Instrumentos de teste	2.882	(2.517)	365	434
Benfeitorias	246	(180)	66	54
Sistema de recepção de satélites	9.283	(9.098)	185	428
Equipamentos de redes de telecomunicações	306.144	(221.661)	84.483	82.507
Materiais	56.134	(31.108)	25.026	24.909
Cabos	151.421	(61.210)	90.211	79.489
Infraestrutura de rede	19.156	(10.324)	8.832	9.515
Imobilizado em andamento	36.416	-	36.416	33.015
Total	585.247	(338.553)	246.694	231.571

As taxas de depreciação e as vidas úteis remanescentes foram determinadas através de laudos técnicos emitidos por engenheiros da Companhia e refletem a expectativa de vida útil dos bens, estando demonstradas como segue:

Notas Explicativas

Taxas de depreciação e vidas úteis dos ativos:

<u>Classe de ativos</u>	<u>Percentual médio depreciado até 30/09/14</u>	<u>Vida útil média remanescente (anos)</u>	<u>Taxas médias anuais de depreciação</u>
Imóveis	25%	37,5	2%
Instalações	20%	8,0	10%
Máquinas e equipamentos	-	10,0	10%
Móveis e utensílios	63%	3,7	10%
Computadores e periféricos	82%	0,9	20%
Instrumentos de teste	87%	1,3	10%
Infraestrutura de rede	54%	8,4	3 a 10%
Benfeitorias	73%	1,4	20%
Sistema de recepção de satélites	98%	0,2	8%
Equipamentos de redes de telecomunicações	72%	2,8	10%
Materiais	55%	6,4	7%
Cabos	40%	12,0	5%

A movimentação do ativo imobilizado no período pode ser assim demonstrada:

	<u>Acumulado do período de nove meses</u>				<u>30/09/14</u>
	<u>31/12/13</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	
Terrenos	82	-	-	-	82
Imóveis	55	-	-	-	55
Instalações	128	24	-	-	152
Móveis e utensílios	1.415	24	-	-	1.439
Máquinas e equipamentos	1	-	-	-	1
Computadores e periféricos	1.829	7	-	-	1.836
Instrumentos de teste	2.882	-	-	-	2.882
Benfeitorias	216	30	-	-	246
Sistemas de recepção de satélites	9.283	-	-	-	9.283
Equipamentos de redes de telecomunicações	288.572	-	(53)	17.625	306.144
Materiais	53.118	-	(7)	3.023	56.134
Cabos	135.387	-	(110)	16.144	151.421
Infraestrutura de rede	19.110	-	-	46	19.156
Imobilizado em andamento	33.015	45.489 (*)	-	(42.088)	36.416
Total do custo	545.093	45.574	(170)	(5.250)	585.247
Depreciação acumulada	(313.522)	(25.068)	37	-	(338.553)
Valor líquido depreciável	231.571	20.506	(133)	(5.250) (**)	246.694

(*) Referem-se a gastos relacionados a projetos em andamento para ampliação das redes de telecomunicações.

(**) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota 11).

A Companhia realiza periodicamente avaliação da vida útil aplicada em seus ativos com vida útil definida. O último trabalho de avaliação das vidas úteis dos ativos foi realizado na data-base de 31 de dezembro de 2013 e foi conduzido pelos profissionais do corpo técnico de engenharia da empresa, os quais consideraram, dentre outros aspectos, os seguintes principais indicativos para formação de seu juízo: (i) informações técnicas relacionadas à utilização e manutenção dos ativos, (ii) perspectivas de mudanças tecnológicas e de mercado, (iii) a capacidade da Companhia em obter no mercado serviços e peças de reposição para os bens e (iv) a possibilidade de realização de *upgrades* nos equipamentos e *softwares* relacionados, bem como da capacidade de sua combinação com tecnologias futuras.

Notas Explicativas

Para fins fiscais, foram mantidas as vidas úteis dos bens e a diferença entre a base contábil e fiscal são tratadas como diferenças temporárias, cujos reflexos são reconhecidos como crédito ou débito fiscal diferido no período em que tais diferenças ocorrem.

11. Intangível

	31/12/13	Acumulado do período de nove meses		30/09/14
		Adições	Transferências	
Licença de uso de software	1.020	109	-	1.129
Sistemas de gestão e operação	4.248	-	5.020	9.268
Outorga de concessão de radiofrequência	-	-	230	230
Total do Custo	5.268	109	5.250	10.627
Amortização acumulada	(1.735)	(805)	-	(2.540)
Valor líquido amortizável	3.533	(696)	5.250 (*)	8.087

(*) Os saldos remanescentes nas transferências demonstradas no quadro anterior referem-se às transferências efetuadas entre contas do ativo imobilizado e intangível (nota 10).

Taxas de amortização

As taxas anuais de amortização foram determinadas em função da expectativa de uso do ativo e são como segue:

<u>Classe de ativo</u>	Vida útil estimada (anos)	Percentual médio amortizado até 30/09/14	Vida útil média remanescente (anos)	Taxas médias anuais de amortização
Licença de uso de software	5 anos	77%	1,2	20%
Sistemas de gestão e operação	10 anos	18%	8,2	10%
Outorga de concessão de radiofrequência	15 anos	4%	14,4	6,7%

12. Debêntures

	30/09/14	31/12/13
Circulante	7.940	7.961
Não Circulante	18.317	24.205
Total	26.257	32.166

Estão representadas por títulos de emissão privada, não conversíveis, subscritos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Participações S.A. - BNDESPAR no valor de R\$47.483, tendo sido eleito como interveniente e Agente Repassador dos recursos, o Banco Bradesco S.A.

Como garantia da operação, a Companhia vincula parte de suas receitas, as quais passaram a ser depositadas exclusivamente em Conta Centralizadora, sob gestão do Banco Itaú S.A., que promove a administração dessas garantias.

A administração das garantias consiste no acolhimento da arrecadação de receitas na Conta Centralizadora, transitória de recursos, com imediato repasse à Conta Reserva, sempre que for verificada existência de recursos inferiores à soma das seis próximas parcelas de amortização de todas as séries de debêntures emitidas ou, ainda, à Conta Retenção, em caso de descumprimento contratual pela Companhia. O valor excedente transitado na conta centralizadora que não estiver sujeito à transferência às contas de Reserva ou de Retenção fica automaticamente livre para movimentação.

Notas Explicativas

Foram emitidas ao todo pela Companhia 47.483 debêntures divididas em 6 séries, todas nominativas, simples, com garantia flutuante e valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na data da emissão, conforme abaixo:

Séries Debêntures	Quant.	Valor		TJLP + Custo Fin.		Remuneração		Custo Total
		Unitário	Monetário	TJLP	Custo Fin.	Base BNDES	de Risco	
Primeira Série	23.405	1000	23.405	5,00%	1,00%	1,80%	0,82%	8,62%
Segunda Série	8.616	1000	8.616	5,00%	1,00%	2,50%	0,82%	9,32%
Terceira Série	3.259	1000	3.259	5,00%	-	1,00%	0,72%	6,72%
Quarta Série	7.085	1000	7.085	5,00%	1,00%	1,80%	0,82%	8,62%
Quinta Série	2.912	1000	2.912	5,00%	1,00%	2,50%	0,82%	9,32%
Sexta Série	2.206	1000	2.206	5,00%	-	0,90%	0,82%	6,72%
Total	47.483		47.483					

O resgate das debêntures ocorrerá em até 73 meses, contados a partir do término do prazo de carência, estabelecido em 15 de dezembro de 2011. O serviço da dívida era pago trimestralmente durante a fase de carência e mensalmente, após iniciado o prazo de amortização da dívida.

Além das garantias ofertadas, foram pactuados outros compromissos no contrato (*covenants*), os quais poderão provocar, em caso de descumprimento de certas cláusulas pela Companhia, o bloqueio de recursos na Conta Retenção, no vencimento antecipado do contrato e na execução das garantias. Tais obrigações resumem-se, principalmente, na manutenção, desde a emissão das debêntures e até o seu vencimento final, de pelo menos três dos quatro índices financeiros a seguir, os quais deverão ser atingidos ao final de cada semestre civil, ou seja, 30 de junho e 31 de dezembro:

- LAJIDA/ Serviço da Dívida: igual ou superior a 1,30;
- Margem LAJIDA (LAJIDA/ROL): igual ou superior a 0,40;
- Índice de Capitalização (PL/AT): igual ou superior a 0,35;
- Dívida Financeira Total/ LAJIDA: igual ou inferior a 3,00.

Em 30 de setembro de 2014, a Companhia atendeu a três dos quatro índices financeiros (*covenants*), conforme permitido pelo contrato de emissão de debêntures, que requer a manutenção de pelo menos três dos quatro índices financeiros no período compreendido desde a emissão das debêntures e até o seu vencimento final.

A amortização das debêntures será como segue:

Debêntures	2014	2015	2016	2017	2018	Total
BNDES						
Primeira Série	1.021	3.901	3.901	3.901	325	13.049
Segunda Série	377	1.436	1.436	1.436	119	4.804
Terceira Série	139	536	536	536	43	1.790
Quarta Série	305	1.165	1.165	1.165	96	3.896
Quinta Série	125	479	479	479	39	1.601
Sexta Série	93	363	363	363	29	1.211
Subtotal	2.060	7.880	7.880	7.880	651	26.351
Custos de Captação	(8)	(28)	(28)	(28)	(2)	(94)
Total	2.052	7.852	7.852	7.852	649	26.257

Notas Explicativas

A movimentação do financiamento na modalidade BNDES - Debêntures no período foi como segue:

Debêntures	Saldos em 31/12/13	Acumulado do período de nove meses			Saldos em 30/09/14
		Pagamento de juros	Amortização	Encargos apropriados	
BNDES					
1a. Série	15.985	(920)	(2.926)	910	13.049
2a. Série	5.885	(365)	(1.077)	361	4.804
3a. Série	2.193	(99)	(402)	98	1.790
4a. Série	4.772	(275)	(873)	272	3.896
5a. Série	1.962	(122)	(359)	120	1.601
6ª. Série	1.484	(67)	(272)	66	1.211
Subtotal	32.281	(1.848)	(5.909)	1.827	26.351
Custos de captação	(115)	-	-	21	(94)
Total	32.166	(1.848)	(5.909)	1.848	26.257

13. Fornecedores

	30/09/14	31/12/13
Terceiros	5.883	9.362
Partes relacionadas (nota 18)	10.791	9.615
Total	16.674	18.977

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores e contas a pagar é divulgada na nota explicativa 23.

14. Obrigações sociais e trabalhistas

	30/09/14	31/12/13
Férias, 13º salário e encargos a pagar	2.577	1.894
Participação dos empregados nos resultados	1.372	621
Benefícios de longo prazo a empregados (nota 24)	615	615
Outras	41	109
Total	4.605	3.239
Circulante	3.990	2.624
Não circulante	615	615

15. Obrigações fiscais – Circulante

	30/09/14	31/12/13
Imposto de Renda Retido na fonte - IRRF	118	332
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	416	-
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	151	-
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	809	1.446
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	343	401
Programa de Integração Social - PIS	74	87
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	93	89
Fundo para o Desenv. Tecn. das Telecomunicações - FUNTTEL (*)	6.554	6.318
Outras	439	552
Total	8.997	9.225

(*) Em abril de 2014, a Companhia ingressou com pedido de parcelamento ordinário junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional dos débitos com o FUNTTEL relativos ao exercício de 2005, para pagamento em 60 parcelas mensais e consecutivas. Com a conversão da Medida Provisória 638/14 na Lei 12.996/14, e conseqüente reabertura do parcelamento decorrente das Leis

Notas Explicativas

11.941/09 e 12.249/10, a Companhia renunciou ao citado parcelamento ordinário e incluiu os débitos nesse programa de refinanciamento. Essa decisão, que incluiu a opção pelo pagamento do débito à vista, possibilitou uma redução da ordem de 38% do montante total dessa dívida, fruto da anistia parcial de juros e multa prevista na Lei e, conseqüentemente, a Companhia registrou um estorno de provisão de R\$202 no segundo trimestre de 2014.

Diante da impossibilidade técnica de incluir administrativamente os demais débitos com o FUNTTEL dos anos de 2006 a 2013 no REFIS, face à sua não inscrição na dívida ativa, a Companhia resolveu impetrar mandado de segurança judicial contra o ato da autoridade coatora, objetivando a inclusão forçada desses débitos no citado programa de refinanciamento de dívidas. O processo encontra-se na fase inicial de citação e seus advogados classificam o êxito da ação como possível. Em caso de julgamento favorável à Companhia, haverá uma redução no valor total da dívida na ordem de 16%, além da possibilidade de utilização de créditos tributários e do pagamento no prazo de até 180 meses. O pagamento integral do débito ou o eventual estorno parcial da provisão atualmente constituída estão condicionados à ocorrência do trânsito em julgado da ação.

Os débitos vencidos a partir de 2014 vêm sendo regularmente recolhidos.

16. Adiantamentos de clientes

Contrato	Prazo do Contrato	Valor contratado	Receita apropriada	Receita a apropriar
1 par de fibras ópticas por 181 km	10 anos	2.187	656	1.531
1 par de fibras ópticas por 46 km	20 anos	925	80	845
1 par de fibras ópticas por 231 km	20 anos	3.822	151	3.671
Outros	-	515	417	98
Total		7.449	1.304	6.145

	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
Circulante	460	444
Não Circulante	5.685	5.747
Total	6.145	6.191

Os contratos atrelados aos adiantamentos de clientes possuem como objeto a cessão onerosa de caráter irrevogável e irretratável de pares de fibra óptica apagada, não incluindo a cessão de quaisquer equipamentos ou a prestação de serviços de telecomunicações.

Os contratos possuem prazo de duração médio de 17 anos e não contêm cláusulas sobre renovação ou opção de venda dos ativos. A receita, vinculada a estes contratos, reconhecida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, foi de R\$ 373 (R\$ 222 em 2013).

Notas Explicativas

17. Provisões para riscos

	<u>30/09/14</u>	<u>31/12/13</u>
Ações cíveis – Passivo Não Circulante	<u>313</u>	<u>313</u>

<u>Provisões passivas</u>	<u>Expectativa de perda</u>			
	<u>Remoto</u>	<u>Possível</u>	<u>Provável</u>	<u>Total</u>
Tributário	80	7	-	87
Trabalhista	499	374	-	873
Ações cíveis	31	29	313	373
Total	<u>610</u>	<u>410</u>	<u>313</u>	<u>1.333</u>

A Companhia possui contingências nas esferas cível, trabalhista e tributária, cujos montantes envolvidos totalizam R\$ 1.333. De acordo com a sua política contábil, somente as contingências cujas expectativas de perda são consideradas prováveis pelo seu corpo jurídico são provisionadas. Dessa forma, a Companhia possuía em 30 de setembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 provisão no montante de R\$313.

A Companhia está discutindo judicialmente uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho de Minas Gerais que visa combater, segundo entendimento deste órgão, a terceirização de atividades relacionadas à consecução do objeto social da empresa. Como consequência dessa ação, o juízo em primeiro grau condenou a Companhia ao pagamento de multa e à suspensão de contratos com certas empreiteiras. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento do agravo de instrumento que visa levar o mérito da ação à apreciação do Tribunal Superior do Trabalho. Concomitantemente, ajuizou medida cautelar no Supremo Tribunal Federal visando suspender os efeitos da decisão em primeira instância para, enfim, poder aguardar o posicionamento final desse tribunal sobre o tema. Os advogados da Companhia consideram o risco de perda como possível. Contudo, acreditam no sucesso da medida cautelar interposta e preveem a suspensão dos efeitos da decisão de primeiro grau até o julgamento do mérito pelos tribunais superiores.

18. Transações com partes relacionadas

A Cemig Telecomunicações S.A - CEMIGTelecom é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais S.A - CEMIG, que por sua vez, tem como principais acionistas o Governo do Estado de Minas Gerais (51%) e Andrade Gutierrez Concessões Energia (33%). Na descendente, além da CEMIGTelecom, o Grupo Controlador, CEMIG, possui participação nas seguintes principais empresas: Cemig Geração e Transmissão S.A. (100%), Cemig Distribuição S.A. (100%), Companhia de Gás do Estado de Minas Gerais S.A. - Gasmig (95,2%), Rosal Energia (100%), Sá Carvalho (100%) e Light S.A. (26,6%).

A Companhia considera como partes relacionadas, além de sua controlada em conjunto, o acionista controlador e suas respectivas pessoas ligadas, as sociedades ou pessoas que, direta ou indiretamente possuem influência significativa na Administração da Companhia, as entidades de previdência complementar (Forluz) e administradora de plano de saúde e odontológico (Cemig Saúde), onde a Companhia é co-patrocinadora juntamente com as demais empresas do Grupo Cemig e os administradores e empregados da Companhia.

Transações ativas (vendas) - As principais transações comerciais ativas mantidas pela Companhia com partes relacionadas referem-se à comercialização de circuitos e de outros serviços de telecomunicações em geral, onde as empresas do Grupo Controlador, CEMIG, respondem atualmente por 13% do faturamento da Companhia (mesmo percentual em 2013).

Notas Explicativas

Transações Passivas (compras) - As principais transações passivas da Companhia realizadas com partes relacionadas referem-se ao fornecimento de energia elétrica para alimentação dos equipamentos de telecomunicações, prestação de serviços de gerenciamento e manutenção da rede de telecomunicações e aluguel (compartilhamento) da infraestrutura de transmissão e distribuição de energia para instalação de cabos e equipamentos de telecomunicações.

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2014, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de negócios realizados em condições e prazos pactuados entre as partes para os respectivos tipos de operações.

	Saldos em 30/09/14		Acumulado do período de nove meses findo em 30/09/14	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
<u>Companhia Energética de Minas Gerais S.A.</u>				
Serviços de Comunicação	26	-	237	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	53	945	445	22
Outros	3	-	-	-
Subtotal	82	945	682	22
Serviços contratados a faturar	-	614	-	-
Total	82	1.559	682	22
<u>Cemig Distribuição S.A.</u>				
Serviços de Comunicação	986	-	8.867	-
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	2.361
Serviços de manutenção da rede	-	1	-	750
Direito de Passagem/Infraestrutura	-	8.538	-	1.453
Outros	37	-	-	-
Subtotal	1.023	8.539	8.867	4.564
Serviços contratados a faturar	-	418	-	-
Total	1.023	8.957	8.867	4.564
<u>Cemig Geração e Transmissão S.A.</u>				
Serviços de Comunicação	294	-	2.648	-
Serviços de manutenção da rede	-	-	-	79
Outros	23	-	-	-
Subtotal	317	-	2.648	79
Serviços contratados a faturar	-	16	-	-
Total	317	16	2.648	79
<u>Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ</u>				
Serviços de Comunicação	8	-	72	-
Previdência Privada	-	182	-	802
Total	8	182	72	802
<u>Cemig Saúde</u>				
Serviços de Comunicação	4	-	37	-
Assistência Médica e odontológica	-	77	-	704
Total	4	77	37	704

Notas Explicativas

	Saldos em 30/09/14		Acumulado do período de nove meses findo em 30/09/14	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
<u>Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig</u>				
Serviços de Comunicação	14	-	121	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	5	-	-	-
Total	19	-	121	-

Entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais

Circulante

Serviços de Comunicação	6	-	56	-
Tributos compensáveis - ICMS	1.404	807	(17.892)	-
Não Circulante - Tributos compensáveis - ICMS	2.854	-	-	-
Total	4.264	807	(17.836)	-

Ativas Data Center S.A.

Serviços de Comunicação	193	-	1.570	-
Serviço de Outsourcing de Data Center	-	-	-	82
Reembolso de custos com pessoal cedido	-	-	318	-
Total	193	-	1.888	82

	Saldos em 31/12/13		Acumulado do período de nove meses findo em 30/09/13	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
<u>Companhia Energética de Minas Gerais S.A.</u>				
Serviços de Comunicação	26	-	231	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	149	919	456	1.761
Outros	3	-	-	-
Subtotal	178	919	687	1.761
Serviços contratados a faturar	-	564	-	195
Total	178	1.483	687	1.956

Cemig Distribuição S.A.

Serviços de Comunicação	3.743	-	8.545	-
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	2.170
Serviços de manutenção da rede	-	1	-	993
Reembolso de custos com pessoal cedido	-	-	54	-
Direito de Passagem/Infraestrutura	-	6.377	-	2.863
Outros	624	-	-	-
Subtotal	4.367	6.378	8.599	6.026
Serviços contratados a faturar	-	1.458	-	910
Total	4.367	7.836	8.599	6.936

Notas Explicativas

	Saldos em 31/12/13		Acumulado do período de nove meses findo em 30/09/13	
	Ativo	Passivo	Vendas	Compras
<u>Cemig Geração e Transmissão S.A.</u>				
Serviços de Comunicação	716	-	2.567	-
Serviços de manutenção da rede	-	-	-	109
Outros	113	-	-	-
Subtotal	829	-	2.567	109
Serviços contratados a faturar	-	78	-	32
Total	829	78	2.567	141
<u>Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ</u>				
Serviços de Comunicação	8	-	62	-
Previdência Privada	-	141	-	1.335
Total	8	141	62	1.335
<u>Cemig Saúde</u>				
Serviços de Comunicação	4	-	37	-
Assistência Médica e odontológica	-	77	-	678
Total	4	77	37	678
<u>Companhia de Gás de Minas Gerais - Gasmig</u>				
Serviços de Comunicação	13	-	110	-
Reembolso de custos com pessoal cedido	5	-	-	-
Total	18	-	110	-
<u>Entidades ligadas ao Governo do Estado de Minas Gerais</u>				
<u>Circulante</u>				
Serviços de Comunicação	6	-	59	-
Tributos compensáveis - ICMS	1.060	1.446	(18.417)	-
Não Circulante - Tributos compensáveis - ICMS	2.988	-	-	-
Total	4.054	1.446	(18.358)	-
<u>Ativas Data Center S.A.</u>				
Serviços de Comunicação	204	-	1.707	-
Serviço de Outsourcing de Data Center	-	-	-	100
Reembolso de custos com pessoal cedido	29	-	191	41
Total	233	-	1.898	141

Fundo de renda fixa - Pampulha - O Grupo Cemig possui aplicações no Fundo Pampulha (vide composição abaixo) que, por sua vez, possui aplicações em notas promissórias e debêntures de empresas do Grupo Cemig.

Notas Explicativas

Fundo Pampulha	Período de vigência	Condições contratuais	Ativo correspondente a participação da CEMIGTelecom	
			30/09/2014	31/12/2013
Aplicações em fundo de investimento por parte da Cemig Telecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x Axxion (Debêntures)	abr/2013 a jan/2016	109,0% do CDI	63	174
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	jan/2014 a dez/2016	CDI + 0,8% a.a.	316	-
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (Debêntures)	abr/2013 a fev/2017	CDI + 0,7% a.a.	60	112
Aplicações em fundo de investimento por parte da CEMIGTelecom no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x CEMIG GT (NP)	jun/2014 a jun/2015	106,9% do CDI	120	-
Aplicações em fundo de investimento por parte da Cemig Telecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x Guanhães (Debêntures)	abr/2013 a abr/2014	106,0% do CDI	-	767
Aplicações em fundo de investimento por parte da Cemig Telecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x Guanhães (Debêntures)	abr/2013 a out/2014	106,0% do CDI	451	-
Aplicações em fundo de investimento por parte da Cemig Telecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x Guanhães (NP)	out/2013 a abr/2014	108,0% do CDI	-	558
Aplicações em fundo de investimento por parte da Cemig Telecomunicações no Fundo Pampulha - Fundo Pampulha x Guanhães (NP)	abr/2014 a out/2014	110,0% do CDI	552	-

O rendimento do Fundo Pampulha, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, foi de R\$1.557 (R\$2.101 em 2013).

Remuneração de Administradores - A Companhia pagou no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, a título de remuneração e demais benefícios a Administradores, a importância de R\$1.208, como segue:

Cargo	Remuneração		Benefícios		Total	
	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13	30/09/14	30/09/13
Diretores	851	589	90	76	941	665
Conselheiros	267	192	-	-	267	192
Total	1.118	781	90	76	1.208	857

Em 29 de abril de 2014 a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia fixou, para o exercício de 2014, limite global anual de R\$3.419 (R\$3.250 para o exercício de 2013) a título de remuneração de Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

Previdência Complementar e demais benefícios a empregados - Conforme nota explicativa 24, a Companhia é co-patrocinadora da entidade fechada de previdência complementar - Forluz e da Cemig

Notas Explicativas

Saúde, responsável pela administração dos planos de assistência médica e odontológica aos empregados, sendo que as contribuições realizadas pela Companhia foram como segue:

	Acumulado no período de nove meses findo em			
	30/09/2014		30/09/2013	
	Forluz	Cemig Saúde	Forluz	Cemig Saúde
Plano misto de benefícios previdenciários - Plano B	1.550	-	1.337	-
Plano Pró-Saúde Integrado - PSI	-	672	-	645
Plano Odontológico - POD	-	32	-	33
Total	1.550	704	1.337	678

Adicionalmente, além dos benefícios previstos em Lei, a Companhia concedeu também aos seus empregados auxílio-creche, seguro de vida em grupo e tíquete restaurante/alimentação.

Participação dos empregados nos Resultados - O estatuto social da Companhia prevê a distribuição aos empregados, a título de participação nos resultados, de um montante anual como forma de incentivar os empregados a alcançarem os melhores resultados, cujos indicadores e metas são periodicamente estabelecidos em negociação coletiva de trabalho.

19. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 está representado por 381.023.385 ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>	<u>Participação</u> %
Companhia Energética de Minas Gerais S.A.	381.023.384	225.081	100%
Outros	1	-	-
Total	<u>381.023.385</u>	<u>225.081</u>	<u>100%</u>

(b) Remuneração dos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 50% do lucro líquido de cada exercício ajustado.

(c) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(d) Reserva de retenção de lucros

Tem o objetivo de reforçar o capital circulante e atender às necessidades de recursos para investimentos da Companhia nos próximos exercícios.

(e) Lucro por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do resultado básico e diluído por ação são os seguintes:

Notas Explicativas

	3º Trimestre		Período de nove meses findo em 30 de setembro	
	2014	2013	2014	2013
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:				
Lucro (prejuízo) do período	(2.375)	(652)	(9.513)	667
Quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares de ações)	381.023	381.023	381.023	381.023
Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído (milhares de ações)	(6,23)	(1,71)	(24,97)	1,75

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

20. Receita líquida

	3º	3º	Período	Período
	Trimestre	Trimestre	de nove	de nove
	2014	2013	meses	meses
			findo em	findo em
			30/09/14	30/09/13
Circuitos dedicados	20.447	19.337	59.770	59.026
Transporte de sinais	11.161	11.744	34.508	34.276
Serviços integrados	3.891	4.069	11.210	10.620
Outras	1.302	1.247	3.911	3.746
Receita bruta	36.801	36.397	109.399	107.668
Impostos, devoluções, ajuste a valor presente e abatimentos	(7.405)	(7.828)	(22.999)	(23.436)
Receita líquida	29.396	28.569	86.400	84.232

21. Custos e despesas

	3º	3º	Período	Período
	Trimestre	Trimestre	de nove	de nove
	2014	2013	meses	meses
			findo em	findo em
			30/09/14	30/09/13
<u>Classificação por natureza</u>				
Infraestrutura de rede	(4.348)	(3.868)	(13.048)	(11.266)
Energia elétrica	(994)	(827)	(2.773)	(2.515)
Depreciação e amortização	(8.194)	(7.668)	(25.873)	(22.972)
Serviço de manutenção e reparo	(4.518)	(4.392)	(12.959)	(12.300)
Pessoal	(3.730)	(4.175)	(10.896)	(11.025)
Serviços de terceiros	(720)	(422)	(1.919)	(962)
Imóveis locados	(465)	(454)	(1.447)	(1.382)
Resultado de equivalência patrimonial	(7.047)	(6.049)	(19.738)	(14.802)
Outros	51	(114)	(4.558)	(377)
Total	(29.965)	(27.969)	(93.211)	(77.601)

Notas Explicativas

	3º Trimestre 2014	3º Trimestre 2013	Período de nove meses findo em 30/09/14	Período de nove meses findo em 30/09/13
<u>Classificação por função</u>				
Custo dos serviços prestados	(17.139)	(16.041)	(52.093)	(47.373)
Despesas com vendas	(48)	(58)	(60)	(100)
Despesas gerais e administrativas	(5.782)	(5.707)	(16.762)	(14.949)
Resultado de equivalência patrimonial	(7.047)	(6.049)	(19.738)	(14.802)
Outras despesas (inclui provisão para <i>impairment</i> do ágio)	51	(114)	(4.558)	(377)
Total	(29.965)	(27.969)	(93.211)	(77.601)

22. Receitas financeiras e despesas financeiras

Receitas Financeiras

	3º Trimestre 2014	3º Trimestre 2013	Período de nove meses findo em 30/09/14	Período de nove meses findo em 30/09/13
Rendimentos de aplicações financeiras	688	1.089	2.213	2.698
Juros ativos	150	266	765	745
Outras receitas financeiras	263	425	920	714
Total	1.101	1.780	3.898	4.157

Despesas financeiras

	3º Trimestre 2014	3º Trimestre 2013	Período de nove meses findo em 30/09/14	Período de nove meses findo em 30/09/13
Juros passivos	(685)	(819)	(1.850)	(2.665)
Outras despesas financeiras	(45)	(31)	(451)	(423)
Total	(730)	(850)	(2.301)	(3.088)

23. Instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco de liquidez

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas Informações Trimestrais - ITR.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de Gerenciamento de Riscos aplicadas pela Companhia e sua controlada em conjunto estão subordinadas as do Grupo Cemig, a qual é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia como

Notas Explicativas

um todo.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites estabelecidos. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

As políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A carteira de clientes é composta, principalmente, por grandes operadoras de telefonia fixa e móvel e de TV a cabo e internet banda larga, além da própria controladora, o que reduz significativamente o risco de perdas no recebimento de créditos. O principal instrumento que assegura a minimização desse risco é o direito da Companhia em interromper o fornecimento do sinal em caso de descumprimento contratual, dentre eles a falta de pagamento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera o segmento de mercado onde os clientes operam, uma vez que este fator pode influenciar no risco de crédito, sobretudo em razão da sensibilidade do setor de telecomunicações às circunstâncias econômicas do país. A concentração máxima da receita da Companhia atribuível a um único cliente é de aproximadamente 31%.

Mais de 70% dos clientes ativos têm operado com a Companhia há mais de cinco anos, com um nível de perdas inexpressível. Isto se explica em decorrência do fato de que a política estabelecida pela Companhia prevê o monitoramento constante da inadimplência, onde são aplicadas penalidades contratuais em caso de atraso de pagamento podendo até, em ato extremo, culminar na descontinuidade dos serviços aos clientes.

Em decorrência das circunstâncias econômicas, sobretudo nos anos de 2009, 2010 e 2011, certas contas a receber de clientes tiveram seus saldos renegociados. Tais casos foram individualmente analisados pela Diretoria Executiva, a qual autorizou a celebração do acordo de parcelamento, com taxas de juros e condições que atendam aos interesses das partes.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas em relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A sensibilidade e a expectativa de perdas relacionadas a riscos significativos individuais são os únicos parâmetros considerados nessa análise. Isto ocorre porque os negócios da Companhia estão voltados, substancialmente, para o mercado de atendimento às grandes operadoras de telecomunicações e ao mercado corporativo e, por esse motivo, as perdas históricas e as análises globais, geográficas ou setoriais não costumam fornecer uma base razoável para estimar as perdas com as contas a receber. A Companhia possui em 30 de setembro de 2014 R\$1.269 de provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$1.223 em 31 de dezembro de 2013), representativa de 6% (5% em 31/12/13) do saldo total de contas a receber em aberto e de 16% das contas a receber vencidas (14% em 31/12/13).

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, vigora no Grupo Cemig, desde 2004, uma Política de Aplicação Financeira, por meio da qual cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem

Notas Explicativas

limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da Economia Brasileira.

RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é o risco que coloca a Companhia exposta às alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e de juros, o qual pode ter um impacto financeiro significativo na Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter sob controle as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia não operou com derivativos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014.

- Risco de moeda

A Companhia não está sujeita ao risco de moeda nos saldos de fornecedores e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, tendo em vista que em 30 de setembro de 2014 não havia saldos significativos em moeda estrangeira.

- Risco de taxa de juros

O risco de taxas de juros decorre da emissão de títulos mobiliários não conversíveis. Estes passivos, quando atrelados às taxas de juros variáveis, expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa. Já passivos vinculados a taxas de juros fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia avalia permanentemente sua exposição ao risco de taxas de juros. São simulados diversos cenários, levando-se em consideração as alternativas de refinanciamento, renovação de posições existentes e a aquisição de novos financiamentos e *hedges* alternativos.

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros, com impacto nas debêntures de sua própria emissão, captados principalmente em moeda nacional, com taxas de juros flutuantes atreladas, principalmente, em índices referenciados na taxa básica de juros da economia brasileira, no montante de R\$26.257 (nota 12).

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima, em um cenário provável, a taxa SELIC próxima de 12,00% e a TJLP em 5,00%. A Administração da Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta nestes indicadores em relação ao cenário provável. Como parte das definições dessa análise, considerou-se a variação esperada na taxa CDI como similar à variação da taxa SELIC.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados à uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração. A tabela abaixo inclui os valores de principal e juros.

Notas Explicativas

Valor Contábil	Risco de alta das taxas de juros nacionais - cenários (% ao ano)								
	Base		Cenário I		Cenário II		Cenário III		
	Selic 11,00%	TJLP 5,00%	Selic 12,00%	TJLP 5,00%	Selic 15,00%	TJLP 6,25%	Selic 18,00%	TJLP 7,50%	
<u>Ativos</u>									
Caixa e equivalentes de caixa - Fundos de renda fixa	5.036	5.590	-	5.640	-	5.791	-	5.942	-
Títulos e valores mobiliários - Aplicações financeiras	13.994	15.533	-	15.673	-	16.093	-	16.513	-
<u>Passivos</u>									
Debêntures	(26.257)	(27.570)	(27.570)	(27.570)	(27.898)	(27.898)	(28.226)	(28.226)	(28.226)
Exposição líquida ativa (passiva)		21.123	(27.570)	21.313	(27.570)	21.884	(27.898)	22.455	(28.226)

- Risco de preço

A Companhia atua em um segmento de negócios onde os preços são livremente pactuados, sendo, portanto, dispensável a manutenção de políticas de mitigação de riscos dessa natureza.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia em 30 de setembro de 2014 estão, em sua maioria, registrados pelo custo contábil, os quais não diferem significativamente dos correspondentes valores de mercado estimados e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se, nesta categoria, as aplicações financeiras as quais espera-se manter até o vencimento. Estas são avaliadas ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado: encontram-se, nesta categoria, os títulos de fundos de renda fixa mantidos para negociação. Estes são avaliados pelo valor justo através do resultado, conforme nível 2;
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, os saldos a receber de clientes. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Debêntures: são mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Fornecedores: são os saldos a pagar a fornecedores e são reconhecidos pelo valor nominal de liquidação e similares aos valores justos.

O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da

Notas Explicativas

técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia opera com uma margem de lucratividade que lhe confere um fluxo de caixa operacional positivo. Tipicamente a Companhia mantém disponibilidade financeira imediata que lhe garante o cumprimento de compromissos de pelo menos 60 dias de operação, incluindo as obrigações financeiras e os investimentos. Fatos com impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais ou crises econômicas de grandes dimensões, não são levados em consideração nessa análise.

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos. A controlada em conjunto, Ativas, em fase inicial de operações, depende do aporte de recursos dos sócios e da obtenção de empréstimos e financiamentos no mercado para dar prosseguimento à maturação e expansão de seus negócios.

Conforme descrito na nota explicativa 12, em 30 de setembro de 2014, a Companhia atendeu a três dos quatro índices financeiros (*covenants*), conforme permitido pelo contrato de emissão de debêntures, que requer a manutenção de pelo menos três dos quatro índices financeiros no período compreendido desde a emissão das debêntures e até o seu vencimento final.

A Companhia considera um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade dos negócios, os quais são aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 90 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada em operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

Notas Explicativas

Passivos Financeiros não Derivativos	Saldo	Fluxo	Vencimentos das obrigações	
	Contábil		1 a 2 anos	2 a 4 anos
	30/09/14	Contratual		
Debêntures	<u>26.257</u>	<u>30.024</u>	<u>18.896</u>	<u>11.128</u>

(b) Critérios e premissas utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, fornecedores: devido à natureza de curto prazo destes saldos, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas Informações Trimestrais - ITR.

Debêntures: devido às características específicas do contrato assinado pela Companhia com o BNDES, que reflete taxas de mercado para este tipo de instrumento, os valores registrados se aproximam dos valores justos dos instrumentos na data destas Informações Trimestrais - ITR.

24. Benefícios a empregados

As obrigações relativas aos planos de benefícios aos empregados abrangem planos de previdência privada, de saúde e odontológico.

A Companhia demonstra nesta nota explicativa o ativo/passivo atuarial líquido e as despesas em conexão com o plano de complementação de aposentadoria, plano de saúde e plano de assistência odontológica, de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2013.

A conciliação dos ativos e passivos atuariais pode ser assim demonstrada:

31 de dezembro de 2013	Forluz	Cemig Saúde	
	Plano Misto de Benefícios Previdenciários Plano B	Pro Saúde Integrado - PSI	Plano odontológico - POD
Valor justo dos ativos do plano	1.685	-	-
Valor presente da obrigação atuarial, líquido	<u>(1.685)</u>	<u>(588)</u>	<u>(27)</u>
Valor presente das obrigações (total)	(1.383)	(588)	(27)
Mudanças no efeito limitador de ativo de benefício definido líquido ao teto de ativo	<u>(302)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ativo (passivo) atuarial líquido	<u>-</u>	<u>(588)</u>	<u>(27)</u>

As demais informações referentes a benefícios a empregados da Companhia não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 27 às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013.

25. Seguros

A Companhia possui apólice de seguro para cobrir riscos diversos no montante aproximado de R\$55.000 relacionada basicamente aos bens estratégicos existentes em seu Centro de Operações e *Headends*. A Companhia optou, após avaliação de riscos, por não contratar seguros visando cobrir acidentes com terceiros e outros eventos que poderiam afetar seus equipamentos de rede, cabos, e demais bens do seu ativo imobilizado, excetuando-se os mencionados acima. A Companhia não tem experimentado perdas significativas em função dos riscos acima mencionados. As premissas de avaliação de riscos adotadas

Notas Explicativas

pela Companhia, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das Informações Trimestrais - ITR, conseqüentemente não foram revisadas pelos auditores independentes.

26. Alterações na legislação tributária - MP 627/2013 (convertida na Lei 12.973/14)

Com a recente convergência das normas contábeis brasileiras às normas do IFRS (*International Financial Reporting Standard*), instituída pela Lei 11.638/07, foram alteradas diversas disposições da Lei nº 6.404/1976, cujos efeitos, deveriam preservar a neutralidade tributária. Com isto, as práticas e critérios contábeis alterados que influenciam na apuração do Imposto de Renda, da CSLL, da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, deviam ter seus efeitos eliminados nessas apurações, ou seja, as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007, e pela Lei nº 11.941/2009, que provocassem mudanças no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício definido no art. 191 da Lei nº 6.404/1976, não poderiam produzir efeitos fiscais, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Nesse contexto surgiu o Regime Tributário de Transição - RTT (art. 15, § 1º da Lei nº 11.941/2009), que objetivava preservar essa neutralidade tributária, até que legislação posterior disciplinasse os efeitos tributários dessa convergência contábil. A Aplicação do RTT pelas pessoas jurídicas foi opcional nos anos-calendário de 2008 e 2009, passando a ser obrigatório a partir de 2010.

Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revogou o Regime Tributário de Transição e promoveu certas modificações na legislação tributária federal, dentre elas:

- (i) alterações relativas à forma de apuração e registro do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS das pessoas jurídicas;
- (ii) disposição sobre a perda da eficácia dos atos administrativos da Receita Federal, posteriores à publicação desta Medida Provisória, que tenham como objeto a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, tornando-os sem efeito na apuração dos tributos federais, até que lei tributária regulamente a matéria;
- (iii) determinação do tratamento específico na tributação de lucros ou dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 01.01.2008 e 31.12.2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até 31.12.2013, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007, os quais não ficarão sujeitos à incidência do IRRF, nem integrarão a base de cálculo do IRPJ e da CSLL do beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no País ou no exterior;
- (iv) estabelecimento de novas disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio para os anos-calendário de 2008 a 2013, onde para fins do cálculo do limite dos juros pagos ou creditados individualmente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, a pessoa jurídica poderá utilizar as contas do patrimônio líquido mensurado de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976, observando-se, ainda, que, no cálculo da parcela a deduzir, não serão considerados os valores relativos a ajustes de avaliação patrimonial a que se refere o § 3º do art. 182 da Lei nº 6.404/1976;
- (v) disposição sobre os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial para os anos-calendário de 2008 a 2013, onde o contribuinte poderá avaliar o investimento pelo valor de patrimônio líquido da coligada ou controlada, determinado de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976.
- (vi) regulamentação do tratamento fiscal do ágio (*goodwill*) e do deságio (compra vantajosa) nas operações de incorporações, fusões e cisões.

As disposições previstas na Medida Provisória 627 têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode provocar potenciais efeitos tributários, especialmente os relacionados ao

Notas Explicativas

cálculo e pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, bem como quanto aos resultados de equivalência patrimonial contabilizados.

Neste cenário, a Companhia elaborou estudo dos possíveis impactos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma tributária e concluiu, após a publicação do novo texto da Lei, que não irá exercer a faculdade da adoção antecipada prevista na citada Medida Provisória. A Administração da Companhia entende que tal decisão não deverá resultar em ajustes relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Cemig Telecomunicações S.A.

Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Telecomunicações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e,

consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para o fato de que o investimento controlado em conjunto, Ativas Data Center S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 30 de setembro de 2014, apresentou capital circulante líquido negativo e passivo a descoberto. Nessa data, a Ativas Data Center S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos

conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias.

Belo Horizonte, 4 de novembro de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Marcelo Salvador

Auditores Independentes

Contador

CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

CRC-1MG 089.422/O-0